

ANÁLISE DO RACIALISMO INSTITUCIONAL DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS ATRAVÉS DA CATALOGAÇÃO DE PRONTUÁRIOS ¹

Júlia Rossler da Rosa Oliveira² Viviane Trindade Borges³

¹ Vinculado ao projeto “Histórias Marginais”

² Acadêmico (a) do Curso de História - FAED – Bolsista PIBIC Voluntária

³ Orientadora, Departamento de História – FAED – vivianetborges@gmail.com

O projeto de pesquisa “As prisões são patrimônio? Práticas asilares, políticas de memória e processos de patrimonialização, diálogos entre Brasil e Portugal”, possui apoio FAPESC (Edital Universal), e é parte das ações do Arquivos Marginais, uma plataforma de ações que envolvem pesquisa, extensão e ensino em instituições de confinamento/internamento, bem como as experiências das pessoas atravessadas por estes locais. A salvaguarda do acervo de prontuários da Penitenciária de Florianópolis é uma das atividades que contemplam as ações realizadas pelo projeto, por meio da catalogação e digitalização dos documentos. Essa catalogação é base para pesquisas e a realização do *podcast* “Histórias Marginais”, um meio de divulgação histórica disponibilizado no aplicativo *Spotify*, que possui como objetivo publicizar as discussões a respeito de práticas institucionais e do cotidiano carcerário. Atualmente, o “Histórias Marginais” é uma das atividades centrais do projeto, envolvendo a participação de todos da equipe.

Os prontuários abarcam informações a respeito de sujeitos que foram privados de liberdade na penitenciária, entre as décadas de 1930 e 1980. Eles se constituem por uma pasta com diversos documentos e uma ficha comum a todos, que possui estrutura composta por classificações que encaixam os presos em categorias múltiplas, contendo seu nome, idade, “sexo”, “cútis”, profissão e se são alfabetizadas ou não. Por meio da catalogação e digitalização desses documentos, podemos ter um primeiro contato com nossa principal fonte, que são justamente os prontuários. Podemos ler e refletir sobre cada caso que abarcam, assim como perceber a dialética destas classificações com o contexto histórico referente aos crimes cometidos. Os prontuários não são capazes de descrever uma biografia sobre as pessoas que abarcam, mas serviram como arquivos institucionais que traçaram a vida carcerária de cada uma, para os agentes da penitenciária. Hoje, são base para reflexões dentro do método historiográfico.

As possibilidades que o contato com o arquivo possibilita são diversas, mas ao longo de minha trajetória no projeto, procurei me debruçar sobre as classificações relacionadas à questão racial, resumida à “cútis”, na identificação para fins burocráticos presente nos prontuários. É perceptível como a classificação racial não possuía um padrão, já que não havia um funcionário específico da penitenciária responsável pelo preenchimento das fichas. Os sujeitos foram encaixados em “cútis”: “clara”, “morena”, “preta”, “negra”, “branca” e “parda”. Apesar de não existir uma padronização para a classificação racial, o racismo é presente nestes documentos como uma informação importante e constituinte de cada preso, preenchendo uma lacuna social e respondendo muitas vezes, a uma lógica que dialogava com o contexto em que estava inserido. A

década de 1930, em que a Penitenciária de Florianópolis foi inaugurada, foi marcada por investimentos públicos que focavam em políticas de assistência no Brasil, pautadas em viés higienista e regulador, características presentes em teorias médicas, criminalísticas e racistas, que estudamos em nosso grupo de estudos, por meio da leitura de Ferla (2005).

As classificações em torno da cútis e os escritos referentes a questão racial presentes nas narrativas dos diversos documentos que compõem as pastas dos prontuários, abrem possibilidades de pesquisa. As práticas institucionais e o cotidiano carcerário da Penitenciária de Florianópolis, podem dialogar com um amplo embasamento teórico, que neste caso, foi referenciado principalmente por Ferla (2005), Góes (2015), Fanon (1952), Mbembe (2016), Borges (2016) e Foucault (1975).

O período de Iniciação Científica caracterizado pela volta das atividades presenciais após a pandemia do Coronavírus, foi marcado pelo toque físico com as fontes, suas análises e a vinculação delas com temas e bibliografias distintas, fazendo com que as discussões em torno da classificação racial dentro da Penitenciária de Florianópolis se expandissem. Estudos sobre a questão racial em Santa Catarina e as influências das teorias higienistas e eugênicas foram possíveis a partir do estudo dos prontuários, sendo constitutivos da construção de um artigo e apresentação em Simpósio Temático denominada “Violência de Estado e suas reverberações: uma análise a partir das fontes da penitenciária de Florianópolis”, que teve o podcast “Histórias Marginais” como uma das principais fontes. As pesquisas realizadas a respeito do racismo institucional da Penitenciária de Florianópolis, também serão base para a nova temporada do podcast, que irá tecer comentários sobre o tema, com rigor teórico.

Palavras-chave: Arquivos Marginais. Classificação racial. Histórias Marginais.